

Keynes, Tobin, Sayad e a economia da Nova República

MARCELO DE M. LARA RESENDE

Em 1981, a Real Academia Sueca de Ciências escolheu o professor James Tobin, da Universidade de Yale, nos Estados Unidos, para receber o Prêmio Nobel de Economia. A Academia reconheceu, portanto, definitivamente, a importância e solidez da contribuição científica de Tobin para a Teoria Econômica. Tobin é um raro e importante cientista cuja sólida e saudável influência pode ser detectada na literatura, nos métodos que a profissão utiliza ao desenvolver trabalhos analíticos ou empíricos, e nos seus alunos.

O Presidente eleito Tancredo Neves escolheu o professor João Sayad, da Universidade de São Paulo, ex-aluno de Tobin, para exercer o cargo de Ministro-Chefe da Secretaria de Planejamento da Presidência da República. Na escolha foram considerados a sua discreta porém competente atuação à frente da Secretaria da Fazenda do Estado de São Paulo, os compromissos assumidos com a Aliança Democrática e as características pessoais que o identificam com os rumos da Nova República.

Tobin, como outros economistas de sua época, foi muito influenciado pelas idéias de Keynes, principalmente as apresentadas na sua obra maior: *A Teoria Geral do Emprego, Juros e Moeda*, publicada em 1936. A reputação de Tobin e a bandeira keynesiana informaram a decisão de Sayad no sentido de aperfeiçoar-se profissionalmente na Universidade de Yale, onde ele doutorou-se em 1975, com uma tese sobre a regulamentação de bancos comerciais no Brasil. Sayad, portanto, foi influenciado diretamente pelas idéias de Tobin e indiretamente pelas de Keynes. Essa influência, decisiva em sua formação, afetará a política econômica, sob responsabilidade da Secretaria de Planejamento, utilizada para atingir objetivos democraticamente escolhidos pela Presidência da República.

A contribuição de Tobin para a política econômica pressupõe que o objetivo maior da economia é a produção de bens e serviços para consumo presente ou futuro. O ônus da prova, segundo Tobin, deve recair sobre os que advogam a recessão. Tobin sempre defendeu a bandeira keynesiana e, como keynesiano, sempre combateu o desperdício representado pelo desemprego de máquinas, homens e recursos naturais associado à alternativa de aceitar passivamente situações recessivas. Ou, ainda pior, de desenhar e implementar deliberadamente a recessão a fim de, por exemplo, reduzir a inflação, o déficit no balanço de pagamentos e no orçamento ou a excessiva dívida externa.

A principal preocupação de Keynes foi com o elevado desemprego observado na Inglaterra no período compreendido entre as duas Grandes Guerras e com a incapacidade de a economia recuperar-se de tão longa depressão. A proposta de Keynes foi no sentido de que o governo assumisse a função de empresário e gastasse dinheiro em obras públicas. Keynes, já naquela época, enfrentou as inevitáveis críticas de que as obras públicas meramente desviariam poupança e trabalhadores do setor privado. A *Teoria Geral* resultou do esforço feito por Keynes para contrargumentar com base em um esquema teórico coerente. Desse esforço — bem-sucedido — nasceu a macroeconomia.

Tanto Tobin como Keynes, portanto, entenderam que o problema básico de qualquer sociedade consiste em saber alocar sua força de trabalho e outros recursos produtivos com a maior eficiência possível. A recessão, ao manter ociosa parte desses recursos, é uma estratégia inaceitável para aqueles que distinguem claramente objetivos e instrumentos de política econômica. A estabilidade de preços, o equilíbrio no balanço de pagamentos e no orçamento e o resgate da dívida externa são instrumentos de política econômica frequentemente necessários para alcançar e sustentar o objetivo

maior da economia: um elevado nível de emprego, produção e consumo.

A percepção de Sayad em relação aos problemas básicos da economia brasileira contemporânea está lastreada nas idéias de Tobin e Keynes. Ao tomar posse, no dia 15 de março, Sayad afirmou: "Buscaremos condições que sejam realmente compatíveis com os objetivos básicos de sustentação do crescimento econômico e de redução das pressões inflacionárias." Na ocasião, ele antecipou a necessidade de humanizar a macroeconomia e explicitou a prioridade social que deve orientar a política econômica do Governo na Nova República. "Depois de uma era de fortes investimentos nos setores de energia, transportes, comunicações, na infra-estrutura, é necessário voltar os gastos públicos para aquelas áreas que, tradicionalmente, em todo o mundo moderno, são de responsabilidade do Estado: a saúde, a educação, a alimentação básica, a boa habitação, a segurança, a Justiça". No mais, a competência é do setor privado.

Recentemente, Sayad apresentou ao Presidente José Sarney um documento — *Diretrizes Gerais de Política Econômica* — contendo proposta detalhada e consistente de atuação para o Governo. O documento — aprovado pelo Presidente — divulga as diretrizes de política econômica que informarão as Prioridades Sociais para 1985, o Orçamento da União para 1986, o I Plano Nacional de Desenvolvimento da Nova República a vigorar a partir de 1985. Especificamente, ficaram estabelecidos como objetivos básicos do Governo: resolver problemas sociais, retomar e sustentar o crescimento econômico no País. A Secretaria de Planejamento repudia, portanto, a recessão (consequentemente) qualquer forma de desemprego. A propriedade e eficácia de uma estratégia recessiva — visando a controlar a inflação, equilibrar as contas do Governo ou as contas externas do País — é questionada pelo efeito pernicioso que exerce sobre o nível de emprego, produção, investimento e consumo no País.

Resumindo, a viabilidade política da Nova República surgiu com a convicção de seus criadores — hoje no Governo — de que existem ganhos reais a ser obtidos ao se expandir o emprego, a produção, o investimento e o consumo — hoje extremamente baixos. Tais ganhos devem ser comparados na balança social com os custos relacionados à estratégia implícita de implementar uma política de estabilização gradativa e que não safrifique, desnecessariamente, o crescimento econômico. Em particular, a política econômica proposta pela Secretaria de Planejamento enfatiza a necessidade de dar precedência às necessidades domésticas sobre as exigências de credores externos — países, instituições e bancos. É econômica e politicamente impossível persistir indefinidamente com a estratégia passiva, baseada na transferência contínua de recursos reais para o exterior, visando honrar, na forma contratada e a qualquer custo, compromissos internacionais. Sobre esse ponto, é instrutivo saber que Keynes, que ocupou cargo importante no Tesouro durante a primeira Grande Guerra, renunciou por achar elevado o valor a ser pago pela Alemanha, a título de reparações de guerra.

Enfim, eis o cerne da relativa resistência de Sayad — discípulos de Tobin e Keynes e apalavrado pelos compromissos assumidos com a Aliança Democrática — diante de uma estratégia de política econômica alternativa, baseada em preceitos excessivamente ortodoxos. Embora bem intencionada, essa estratégia, ao procurar executar o ajustamento proposto pela comunidade financeira internacional através do Fundo Monetário Internacional, põe em risco o já tênue equilíbrio econômico, político e social no Brasil.

MARCELO DE MOURA LARA RESENDE é professor do Departamento de Economia da Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro